

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS¹

Por muito tempo o estudo dos pescadores e de sua produção foi marcado, no Brasil, por uma visão folclórica e idílica. Ressaltava-se ora a vida pacata, indolente, ora o tipo humano, sua coragem e os perigos da profissão no mar. Em alguns casos se descreviam suas comunidades como entidades isoladas, alheias aos grandes processos econômicos, que marcaram a sociedade como um todo em seus vários ciclos econômicos, desde a Colônia até o Brasil contemporâneo.

Mesmo após as profundas mudanças no setor pesqueiro, na década de 60, agências governamentais persistiram numa visão distorcida dos "pescadores artesanais", considerando-os trabalhadores indolentes. Como analisado anteriormente (Diegues, 1985), trata-se de uma justificativa ideológica para explicar a falta de apoio à pesca artesanal e os volumosos subsídios concedidos à pesca empresarial-capitalista pelo Decreto-lei 221, de 1967.

Outros trabalhos (Diegues, 1973; 1983) se empenharam em mostrar a necessidade de se integrar a produção pesqueira ao quadro da acumulação de capital e da divisão social do trabalho no Brasil. Autores como Duarte (1978), Mello (1985) e Maldonado (1986) deram contribuições significativas nessa direção. No entanto, a produção dos pescadores no Brasil, a relação entre essas populações humanas e seu meio-ambiente marinho e de águas interiores exigem um conhecimento mais sistemático e aprofundado. Esse conhecimento é ainda mais necessário no momento atual em que as comunidades de pescadores artesanais estão sob severa ameaça por causa da especulação imobiliária e da degradação ambiental, provocada por um modelo econômico que exclui amplas camadas da população, sua cultura e suas formas de organização. Parafraseando Marx, a expansão capitalista sobre o espaço costeiro e marinho tem-se desenvolvido esgotando as duas fontes de onde jorra a riqueza: o mar e os trabalhadores.

O presente artigo visa levantar alguns problemas teóricos e metodológicos na análise da produção pesqueira e da relação sociedades-ecossistema marinhos. Como tal, é antes um instrumento de trabalho que um produto acabado.

Inserção da Produção Pesqueira na Economia Capitalista Mundial

A produção pesqueira é hoje, segundo dados da FAO, um setor já estabelecido na economia mundial, tanto para os países capitalistas como para os socialistas.

Com uma produção média nos últimos cinco anos superior a 100 milhões de toneladas/ano ela é uma importante fonte de proteína animal e de emprego para trabalhadores de inúmeros países, sobretudo os da Ásia e África. A exportação de produtos finos do mar (lagostas, camarões, ostras, mexilhões, algas, atuns etc.) significa um mercado de várias centenas de milhões de dólares.

A inserção da produção pesqueira na economia mundial não é recente. O capitalismo mercantil deu um grande impulso a pesca, a partir da dissolução das guildas do Mar do Norte

¹ Publicado originalmente em Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, Ática, 1983.

(Herubel, 1928; Boyer, 1967), assim como a intensificação da pesca transoceânica realizada por barcos e companhias comerciais européias no Canadá. A pesca do arenque e do bacalhau realizada no Mar do Norte e no Canadá por empresas mercantilistas representou também uma fonte de proteína barata para o proletariado europeu emergente.

Na Europa, o surgimento de empresas capitalistas e a mecanização das operações de pesca se fez com atraso em relação aos outros setores da produção industrial (segunda metade do séc. XIX). Os primeiros barcos de pesca a vapor somente apareceram por volta de 1880 (Herubel, 1928), aumentando consideravelmente a área de ação das embarcações.

No final do século XIX, inúmeros pescadores artesanais tinham-se tornado verdadeiros proletários de convés, trabalhando 16 horas por dia em condições duríssimas no Mar do Norte.

Tunstall (1969) descreveu com detalhes a proletarização dos pescadores artesanais nos portos ingleses de Hull e Grimsby, a exploração dos "aprendizes" e a perda dos instrumentos de produção e do saber acumulado tradicionalmente. Já no início do século XX surgiram os primeiros conflitos trabalhistas e os sindicatos dos proletários do mar. A partir daí a história dos pescadores-proletários e da indústria seguiu de alguma forma a evolução do capitalismo, com suas contradições. As empresas de pesca se verticalizaram, integrando os setores de captura, comercialização e beneficiamento do pescado, surgindo as empresas multinacionais do setor e a expansão das áreas de atuação. Nos países subdesenvolvidos, a pilhagem dos mares se acentuou a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e ficou ainda mais grave com a entrada de frotas modernas e bem aparelhadas de alguns países socialistas.

Por outro lado, essa evolução não foi linear. Em alguns países, como os da Escandinávia, a chamada pesca artesanal conseguiu se manter organizada e incorporar inúmeras inovações técnicas (Brox, 1971). Também em outros países subdesenvolvidos, e por razões distintas, a pesca artesanal se articulou com a produção pesqueira capitalista emergente (Diegues, 1983).

No Brasil, durante o período colonial, à exceção da pesca da baleia, as atividades pesqueiras se faziam dentro das comunidades indígenas e no quadro da policultura litorânea (Diegues, 1971). A pesca se realizava também como atividade marginal dentro dos latifúndios para abastecer a mesa dos senhores-de-engenho (Forman, 1970). Até o início do século, a pesca costeira subsistia principalmente dentro da policultura litorânea. A partir de então, e nas cercanias centros urbanos, começou a se desenvolver a pequena pesca voltada para a produção de mercadoria. Esse processo tem pontos em comum em várias áreas do litoral brasileiro (Mourão, 1971; Diegues, 1971; Ivo, 1975; Furtado, 1987). Surgiu então a figura do "atravessador", especializado em produtos do mar, que passou a ser também um financiador da produção dos pescadores artesanais. A partir da Segunda Guerra Mundial, inúmeros fatores alteraram a pequena pesca, sobretudo a introdução do gelo, das redes de náilon e do motor de popa e depois "de centro". A utilização desses insumos, não mais fabricados pelos pescadores, aumentou sua dependência do mercado e dos "comerciantes".

Por outro lado, em centros como o Rio de Janeiro, por volta de 1930, surgiram as "traineiras", embarcações que se dedicavam à pesca da sardinha. Eram embarcações bem maiores que as canoas motorizadas, botes e baleeiras utilizadas pela pesca artesanal. A "traina", rede de cerco de sardinha de dimensões apreciáveis, foi introduzida por pescadores ibéricos, de, aliás, grande tradição. Inicialmente, as embarcações eram propriedades de

armadores autônomos, que participavam diretamente da pesca no regime de "companha" (grupo de pescaria cujos membros eram remunerados pelo sistema tradicional de "partes" sobre a produção). Com o aparecimento das primeiras indústrias de beneficiamento de sardinha no Rio de Janeiro, surgiram também os "armadores", que possuíam mais de uma traineira, constituindo as primeiras pequenas empresas de captura (Duarte, 1978).

Quando se organizaram essas empresas, os armadores que não mais participavam diretamente do processo de trabalho foram buscar em Santa Catarina a força de trabalho entre os pescadores artesanais de origem açoriana. Até essa época, a quase totalidade da captura de pescado no Brasil era realizada pelos pescadores artesanais, que foram organizados em "Colônias de Pescadores", entidade corporativista criada pela Marinha de Guerra (1922).

A presença de grandes estoques pesqueiros no sul do país, como a sardinha, a pescada etc., que podiam ser capturados em grande escala, a existência de centros consumidores de importância e a acumulação de capital permitiram o surgimento nessa região de uma pesca empresarial-capitalista. Esta se consolidou a partir de 1967 com a lei dos incentivos fiscais criada pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. Inúmeras empresas foram implantadas para a captura de camarão e outras espécies voltadas para a exportação. Cerca de 94% das empresas incentivadas eram do centro-sul do país (Diegues, 1983; Mello, 1985).

O resultado dessa política de incentivos maciços, com volumosa importação de tecnologia não foi animador: grande parte das empresas (muitas firmas fantasmas) depois de realizarem pesados investimentos em infra-estrutura da terra foram à falência, pois, como resultado da sobrepesca, os recursos pesqueiros procurados começaram a escassear. Uma vez dizimados os cardumes de peixes e crustáceos na região, as empresas do sul se implantaram no norte do país, particularmente no Pará, repetindo aí suas práticas predatórias (Penner, 1984; Loureiro, 1985; Mello, 1985).

Por outro lado, a pesca artesanal, ainda que responsável por uma parcela importante da captura, recebeu recursos escassos. Além disso, passou a sofrer as pressões da pesca empresarial-capitalista, cujos barcos pescavam em regiões interditas, dentro de baías e estuários, causando uma enorme devastação de recursos pesqueiros, representada, sobretudo pela "fauna acompanhante" (*trash fish*) do camarão, jogada ao mar. Inúmeros conflitos se verificaram entre as duas formas de organização da produção. Além disso, o uso crescente dos ecossistemas litorâneos e costeiros, para a implantação de pólos químicos, petroquímicos, minerometalúrgicos, levou a poluição dos estuários, com o empobrecimento biológico dos recursos tradicionalmente capturados pela pesca artesanal. A especulação imobiliária, expulsando os pescadores artesanais de suas praias, algumas vezes de maneira violenta, contribuiu para uma desorganização social crescente e para um empobrecimento ainda maior das comunidades dos pequenos produtores litorâneos.

A ação combinada desses fatores causou uma grande destruição dos habitats naturais, reduzindo sua diversidade biológica. Levou também a uma redução da diversidade cultural ao longo da costa brasileira, pois inúmeras culturas como a dos jangadeiros, dos caiçaras e açorianos estão sob ameaça de total desorganização.

Formas de Produção Pesqueira do Brasil: um Ensaio de Tipologia

Existem no litoral brasileiro distintas formas pelas quais o trabalho produtivo na pesca se organiza. Não são estanques, mas se interpenetram de forma bastante complexa. A fim de coordenar sob o ponto de vista teórico essa multiplicidade de situações, estabeleceram-se três categorias que, acredita-se, possam ser úteis como modelos explicativos das formas de produção existentes ao longo do litoral brasileiro:

1. Pesca de Subsistência

Hoje é praticamente desaparecida do litoral brasileiro, com alguma ocorrência em locais distantes do Amazonas, praticada seja dentro dos quadros das tribos indígenas ou de pequenos agrupamentos ribeirinhos. Realizada por reduzidos agrupamentos humanos, a pesca é somente uma das atividades do grupo, aliada à caça e à pequena lavoura, também de subsistência. E, sobretudo, uma *economia de troca*, onde só existe a produção de *valores de uso*. Em geral, não há a mediação da moeda nas trocas existentes e o eventual excedente é reduzido. A unidade de trabalho pode ser a própria tribo ou a *unidade* familiar. Ainda se encontram vestígios dessa "economia de troca" em locais isolados, ao sul do complexo lacustre de Iguape-Cananéia (Mourão, 1972).

2. Pesca Realizada dentro dos Moldes de Pequena Produção Mercantil

A principal característica dessa forma de organização é a produção do valor de troca em maior ou menor intensidade; isto é, o produto final, o pescado, é realizado tendo-se em vista *a sua venda*. Isto pressupõe uma certa divisão social do trabalho já com produtores mais ou menos especializados que não necessariamente participam da captura. É o caso, por exemplo, do artesão "fazedor de canoas". Os produtores diretos, nesse caso, são independentes: proprietários dos meios de produção, incluindo-se aí o *"savoir-faire"* tradicional empregado na localização dos cardumes. O trabalho tem em geral características familiares (nuclear ou extensa), a tecnologia empregada se caracteriza pelo relativamente baixo poder de predação e o nicho ecológico é restrito. O processo produtivo gira em torno de instrumentos de produção (redes, espinhéis, canoas, etc.) apropriados familiar ou individualmente. A unidade de produção é em geral o grupo familiar ou a vizinhança, sendo a apropriação do produto regido pelo sistema de partilha ou quinhão (partes do produto são distribuídas aos produtores diretos). Em suma, o princípio que norteia essa forma de organização de produção é o da mercadoria, que se converte em dinheiro através da circulação mercadoria-dinheiro, que é utilizada para a aquisição de novas mercadorias (M-D-M).

Podem-se, ainda, distinguir dois subtipos:

2.1. Produção Mercantil Simples dos Pequenos Produtores Litorâneos, "os Pescadores-Lavradores"

Neste caso, a pesca continua sendo uma atividade ocasional do pequeno agricultor, restrita em geral a períodos de safra (tainha, por exemplo). Aí a *propriedade típica* é a família e/ou grupo de vizinhança. O pescado, além de poder ser salgado e secado para o consumo

direto é, em geral, vendido. Constitui uma das principais fontes de dinheiro disponível para a compra de outras mercadorias essenciais. Em todos os casos a atividade pesqueira se inscreve dentro de *atividades predominantemente agrícolas* que constituem a base de subsistência e organização social desses pescadores (em São Paulo é a típica *lavoura-caiçara*, centrada no plantio da mandioca associada ao artesanato caseiro e à coleta de frutos do mato). O calendário complexo das atividades econômicas, apesar de diversificado, tem a predominância agrícola, mesmo ao nível mais global da cooperação no trabalho (mutirão). Todo o mundo de valores (ideologia) é marcado pelas atividades do trato da terra (agricultura itinerante). Em geral, os mesmos membros da família (parentes) constituem as unidades de trabalho que se destinam seja ao trato da terra (em algumas de suas fases), seja à captura do pescado. Nesse sentido, o conceito-chave e o do *grupo doméstico*, entendido como um sistema de relações sociais que, baseado no princípio de residência comum, regula e garante o processo produtivo (Arquetti & Stolen, 1975).

No limite, a intensidade do trabalho tem como teto o número de trabalhadores diretos existentes nos grupos. Quando há necessidade de se ampliar a capacidade produtiva do grupo doméstico, apela-se para o "mutirão" ou ajuda de vários grupos domésticos em ocasiões especiais como a colheita etc. Percebe-se já uma divisão de trabalho, pois, em geral, as mulheres não participam dos *grupos de pesca* ou "companhas". A pesca, sendo uma atividade complementar destinada a produzir valores de troca, rege-se pelo sistema de partilha ou quinhões. Como, no entanto, os equipamentos são de baixo custo relativo, o igualitarismo na divisão do produto é bastante visível (Kottak, 1966). Enquanto nas pescarias mais simples (picaré, por exemplo), intervém somente o grupo familiar, em outras mais complexas, como o *cercos da tainha*, podem participar várias unidades familiares. Em geral, os instrumentos de pesca, incluindo a rede, são feitos também com base no trabalho familiar. No que diz respeito aos instrumentos de trabalho, as embarcações, por exemplo, não são motorizadas e o seu raio de ação é bastante limitado. A pesca é realizada principalmente em lagunas, baías fechadas ou dentro de ambientes protegidos. Nesses casos, são os peixes que "acostam"; o pescador-lavrador não vai procurá-los. Por isso, em geral, usa aparelhos fixos de captura, tais como o cerco e o curral. Ele não vive somente da pesca nem tem conhecimento e experiência para ir buscá-los além dos estreitos limites do meio ambiente, que controla precariamente. A própria canoa é muitas vezes mais um meio de transporte que um instrumento usado na captura do pescado. Neste caso, é a pesca que mantém o contato mais intenso entre esses pequenos produtores, donos de seus aparelhos de pesca, com o *mercado*, através, em geral, do *intermediário*, que em um primeiro momento é o mesmo comerciante que lhes comprava o pequeno excedente agrícola, comercializado em vilas ou cidades. À medida que a pesca passa a se tornar mais intensa e o *excedente maior*, a dependência em relação ao intermediário (pombeiro ou atravessador) cresce proporcionalmente. No fundo, esse pequeno produtor não *se reproduz somente como pescador*; é na lavoura que se definem as condições de reprodução mais importantes. Ele se sente mais à vontade junto à casa de fazer farinha, no cultivo de seu pequeno pomar que no calão de seu "picaré".

2.2 Pequena Produção Mercantil Pesqueira (ampliada): o Pescador Artesanal

Apesar da manutenção de algumas características básicas, próprias da pequena produção mercantil familiar simples, surgem alguns elementos que permitem falar-se em pequena produção mercantil *ampliada*.

Em primeiro lugar, o grupo doméstico, ainda que importante na atividade pesqueira, não mais constitui a base das unidades de produção e cooperação. À medida que a pesca deixa de ser uma atividade complementar para tornar-se a principal fonte de produção de bens destinados a venda, à medida que surge um excedente, utilizado na compra de embarcações motorizadas, que exigem uma outra "tripulação", a mão-de-obra mais apropriada *nem sempre é a familiar*. De acordo com as novas bases de partilha da produção introduzidas, nem sempre é interessante utilizar um parente como "camarada".

Em segundo lugar, a *atividade pesqueira* passa a ser a principal *fonte de renda*, propiciando, em determinadas situações, uma maior produção de excedente, em cuja distribuição entre os pescadores passam a ser introduzidos padrões menos igualitários. O "dono da embarcação motorizada", por exemplo, passa a exigir um "quinhão maior", alegando custos maiores na manutenção da embarcação, pagamento de financiamentos feitos etc. Rompe-se, então, um *certo igualitarismo* existente na subforma de produção anteriormente descrita. Com isto, torna-se mais nítida a diferença entre os proprietários dos meios de produção e os "camaradas". As grandes "companhas" ou grupos de pesca vão reduzindo o seu contingente de mão-de-obra para dar lugar à "tripulações" menores, mais especializadas.

Em terceiro lugar, esse novo tipo de pesca, explorando ambientes marinhos e costeiros mais amplos, exige *conhecimentos mais específicos* que os anteriormente usados pelo "pescador-lavrador".

Em quarto lugar, a *propriedade dos meios e instrumentos de trabalho* na pesca passa a ser um elemento fundamental em toda a organização produtiva, ao passo que a "propriedade familiar" deixa de ser tão importante.

Em quinto lugar, há um avanço tecnológico importante como a introdução da *embarcação motorizada*, das redes de náilon, de novos processos de conservação e transporte do pescado etc.

Em sexto lugar, organiza-se todo um processo de comercialização do pescado em que progressivamente os "atravessadores" individuais vão perdendo gradativamente o terreno para as "*firmas*" de compra e financiamento da produção.

Em suma, é somente nesse estágio que surge o "*pescador*" como tal, que passa a viver exclusiva ou quase exclusivamente da sua "profissão". A expulsão das terras onde viviam e a conseqüente urbanização o afastam cada vez mais das atividades agrícolas de subsistência. Na verdade, ele não tem mais a alternativa de cultivar seu pequeno pedaço de terra de onde, com a ajuda do trabalho "familiar", pode retirar sua subsistência quando o mar não lhe permite ir ao trabalho. Passa a depender mais intensamente de agentes ou mesmo firmas compradoras do pescado, que lhe passam a financiar até o "rancho" ou a comida da

família em períodos difíceis. Desta maneira, o pescador "artesanal" passa a se reproduzir e reproduzir suas condições de existência na pesca, voltada fundamentalmente para o comércio. O mercado é o objetivo de sua atividade, ainda que o "balaio" ou cesto de peixe para o autoconsumo separado antes da partilha constitua uma das bases de sua sobrevivência e de sua família.

No entanto, o excedente reduzido e irregular, a baixa capacidade de acumulação, a dependência total *vis-à-vis* do intermediário, a propriedade dos meios de produção, o domínio de um saber pescar baseado na experiência (e que constitui sua profissão) são elementos que caracterizam ainda "*a pequena pesca mercantil*".

3. A Pesca Empresarial-Capitalista

No caso extremo encontra-se a pesca realizada dentro dos moldes empresarial-capitalistas, que apresenta as seguintes características fundamentais:

a) A *propriedade* e/ou posse dos instrumentos de produção está nas mãos de uma *empresa capitalista*, organizada verticalmente, possuindo diversos setores, como o da captura, da comercialização, industrialização etc. A própria função de mestre tem aqui um outro significado: enquanto nas formas anteriores o "mestre" é o próprio pescador, proprietário da embarcação, na pesca ora estudada ele se transforma num intermediário entre a firma e os pescadores. É a *própria firma* ou *empresa* que detém a posse dos instrumentos de produção;

b) No limite, todas as funções do barco de pesca empresarial são remuneradas por *salário*. Em muitos casos, no entanto, certas funções como a do motorista, gelador etc., são remuneradas a salário enquanto outras que participam diretamente da captura o são pelo sistema de "partes" ou participação na produção;

c) O pescador perde uma parte considerável de seu poder de decisão no que diz respeito a *quanto pescar, onde pescar e descarregar* etc, que passa a ser da alçada de um departamento especializado da empresa: o departamento de captura ou operações;

d) A introdução de equipamentos modernos tais como o sonar, o radar, a ecosonda, etc., tendem a transformar bastante a função do "mestre de pesca", a mais importante na embarcação, ainda que ele continue detendo um grande cabedal de conhecimento empírico sobre a localização de cardumes. O "mestre" começa a passar por um processo de *desposseção* de seu "*savoir-faire*", que caracteriza o "mestre artesanal";

e) A produção em escala é implementada com barcos de tonelagem considerável que exigem ampla infra-estrutura em terra etc., e

f) A atividade é voltada totalmente para a produção de *mercadoria* sendo que a reposição da força de trabalho se realiza totalmente através do trabalho assalariado ou equivalente.

Tratam-se, evidentemente, de modelos teóricos, instrumentos de análise que precisam ser operacionalizados quando se tratar de empregá-los empiricamente.

O Problema da “Transição” de uma Forma de Organização a Outra

Ao se examinar uma formação social historicamente existente, como a brasileira, pode-se perceber que não ha necessariamente uma evolução de uma forma de organização para a outra. Elas *coexistem* conflitivamente apesar de que, nessa articulação, a *dominância* é exercida pela forma em que o desenvolvimento das forças produtivas é maior: a forma de produção capitalista.

Ha efetivamente processos que inviabilizam em maior ou menor grau a pequena produção mercantil: a produção dos pescadores-agricultores e a dos pescadores artesanais. Fatores tais como a expulsão dos pescadores-agricultores de suas terras nas praias pela especulação imobiliária e pela urbanização desorganiza, no Brasil, de forma acelerada, as atividades desses pequenos produtores. De outro lado, a crescente poluição dos estuários e outros ecossistemas litorâneos e costeiros, a sobrepesca (exercida em particular pelos arrastões da pesca empresarial-capitalista) e os conflitos entre os pescadores artesanais e a produção empresarial-capitalista também colocam em risco a produção e reprodução dos primeiros.

Muito freqüentemente, no entanto, há uma articulação entre a pesca empresarial-capitalista e a artesanal, na medida em que a primeira se apropria da produção e da mão-de-obra da segunda sem, necessariamente, desorganizá-la por completo. Pode-se afirmar que, em muitos casos, a pesca empresarial-capitalista tem interesse na permanência da produção artesanal, pois a compra direta dos produtos desta última pode diminuir seus custos de produção em relação ao uso de sua própria frota.

O empobrecimento rápido e crescente dos ecossistemas litorâneos e costeiros, e a conseqüente diminuição dos recursos pesqueiros disponíveis, causado pela poluição e degradação ambiental e a expulsão crescente dos pequenos pescadores de suas praias são tão graves em muitas regiões que se pode falar de uma verdadeira destruição das comunidades e culturas litorâneas. Em um outro trabalho, as perspectivas de sobrevivência das comunidades de pescadores artesanais do Brasil são analisadas (Diegues, 1988).

O Conceito de Forma de Organização Social da Produção (modo de produção) Aplicado à Pesca

As formas distintas de organização social da produção que existem num determinado espaço litorâneo são consideradas manifestações concretas de modos de produção, que se encontram combinadas; e cuja articulação e existência histórica são apreendidas pelo conceito de formação social.

Modo de produção, um objeto abstrato formal, e entendido com um sistema que compreende várias instâncias (econômica, política e a ideológica) com dominância em última instância de sua base econômica. Alguns elementos teóricos são considerados fundamentais para a apreensão do conceito de modo de produção, tais como o de *dominância e articulação*. Para Poulantzas (1968), a dominância pode ser exercida por diferentes instâncias, mas que,

em última análise, e determinada pelo econômico. Já para Balibar (1973) e Harnecker (1974), o núcleo estrutural de um modo de produção não é dado pela articulação entre as diferentes instâncias e sim *pelas relações de produção existentes*, que determinam qual instância tem o papel dominante numa dada formação social. Post (1974) critica a utilização da rotação do papel dominante das várias instâncias, utilizado por Althusser (1973), afirmando que a prática econômica ganha seu sentido pela estrutura das outras práticas. Já o conceito de articulação diz respeito a existência de combinação, numa formação social historicamente determinada de vários modos de produção (Poulantzas, *op. cit.*), a dominância de um sobre os demais. A existência, dentro de uma formação social de modos de produção, de "idades" e ciclos da reprodução diferentes foi estudada entre outros por Barel (1973), Godelier (1973) e Meillassoux (1972). As características específicas de que se reveste a articulação entre os modos distintos de produção e reprodução, os conceitos de "excedente", sobreproduto, formas de apropriação e repercussão na formação de classes sociais são também analisadas por Mandel (1964) e Samir Amin (1973). A metodologia tanto para a identificação dos vários modos de produtos quanto para sua articulação constitui ainda hoje um "canteiro de obras" (Godelier, 1973).

Dentro deste contexto, é necessário analisar-se as formas específicas pelas quais há a apropriação material dos recursos naturais pesqueiros, através da atividade humana, utilizando-se determinados instrumentos de trabalho, e também os objetivos dessa apropriação e através de que processos se efetuam. Deve-se analisar a *apropriação social*, isto é, como através das relações sociais de produção esses recursos são apropriados pelos diversos agentes de produção. Mais ainda, interessa uma explicação coerente dos diferentes fenômenos que se percebe ao nível regional na fase atual: a articulação entre a pesca realizada nos moldes de pequena produção mercantil e a pesca empresarial-capitalista, a migração das populações de pequenos produtores litorâneos e costeiros para as cidades, sua pauperização, queda de níveis de vida e de sua capacidade produtiva, perda da posse da terra, introdução de novos padrões de consumo e dominação. E dentro dessa gama de processos de "mudança social", é necessário se estudar a reação dos diversos grupos sociais nela envolvidos. Por fim, quais os impactos de uma sobre-exploração de recursos naturais sobre os ecossistemas lacustres e costeiros.

Ora, de uma maneira geral, tudo aquilo que vem alterar os padrões existentes de transformação da natureza e que pode implicar uma alteração de relações sociais de produção tem sido tratado em termos de tipos de mercado (Bohanan & Dalton, 1968), "modernização", inovação tecnológica, resistência à mudança (Foster, 1963), perdendo-se as descrições em constatações empíricas, cujo aporte às reais explicações é reduzido. Parece, no entanto, que esses diversos fenômenos constatáveis ao nível empírico só encontram explicação dentro de marcos teóricos, tais como *formas de organização da produção*, sua existência contraditória, seu contato com outras formas, seu desenvolvimento e dissolução.

Alguns temas ganham nesse contexto uma importância particular. Entre eles, a pequena produção simples de mercadoria (explorado por Marx em "*Un Chapitre Inédit du*

Capital” U.G.Ed., 1971) suas características básicas, o surgimento do modo de produção capitalista e sua articulação com o primeiro. As dificuldades na identificação histórica dessas diferentes formas de organização da produção são apontadas por Bradby (1972). Este autor realça as dificuldades na identificação das características das formas de produção pré-capitalistas, antes do contato com o capitalismo, desde que, no processo de articulação, as estruturas básicas daquelas já se encontram "deformadas" por este.

No Brasil, essas formas distintas de organização da produção podem ser analisadas a partir da existência de modelos diferenciados aqui denominados: a "pesca em sociedade" ou "companha", própria das relações de produção existentes entre os pequenos pescadores ("camaradas" ou "companheiros"); e o dos "embarcados", tripulantes de barcos pertencentes a "armadores" ou "empresas de pesca". Nesse aspecto, devem ser considerados os vários processos de "passagem" de uma forma à outra, ou seja, a "despossessão" dos meios de produção dos meios de produção do pequeno pescador (não só de seus instrumentos de trabalho, mas também do seu "conhecer" e saber-fazer), as modalidades do excedente e sua apropriação pelos não-trabalhadores. Há necessidade de se analisar a possibilidade histórica do surgimento, no Brasil, dos proletários de pesca, "homens do convés", como aconteceu em países capitalistas centrais, dentro do processo de subordinação do trabalho ao capital.

Ecossistemas Marinhos e Formas de Produção na Pesca

Nessa discussão, ganha importância a noção do espaço litorâneo, considerado não somente em seus aspectos físicos, mas como um conjunto de condições e processos naturais que influenciam as relações entre o homem e a natureza.

Afirmando a importância dessas condições naturais não se quer dizer que sejam elas elementos determinantes na formação e transformações de formas de se organizar a produção. Apesar disso, somente a análise concreta pode esclarecer como, por exemplo, em determinadas condições ecológicas, na apropriação de determinados recursos naturais, não aparecem, *in loco*, formas capitalistas de organização da produção, apesar de a apropriação final do produto ser realizada por empresas capitalistas (a produção é realizada por pequenas unidades familiares em regime de produção mercantil simples, mas a comercialização do produto é realizada por empresas capitalistas de fora da área).

A articulação de formas diferentes de organização da produção, a dominância de uma sobre as outras, sua realização histórica diferenciada a nível nacional e/ou regional é um elemento de base na interpretação das chamadas diferenças regionais que apresenta o setor pesqueiro.

A pesca, enquanto apropriação material e social de recursos renováveis e móveis coloca problemas relevantes na análise da relação entre o homem e a natureza, que hoje ganham importância no conceito de ecologia. Teóricos marxistas se referem freqüentemente a natureza como um "objeto de trabalho homogêneo e indiferenciado" ao analisar os "fatos naturais" (terra, mar, etc). Apesar da distinção clássica feita por Marx (entre objeto de trabalho e instrumento de produção), a natureza quase sempre é analisada como uma entidade estática. No capitalismo, ao analisar a "matéria-prima" para a grande indústria, os elementos naturais podem aparecer como um "fator de produção" inerte. No entanto, a situação é distinta quando

na forma de organização social de produção, caracterizada pelo reduzido desenvolvimento das forças produtivas, o homem vive quase ao sabor dos ciclos de produção e reprodução natural (como é o caso na captura dos cardumes de peixes). Daí a importância do conceito de Gutelman (1974) *de forças produtivas naturais* relacionadas às forças produtivas sociais ou do trabalho (Marx, 1968). Ainda segundo Gutelman (*op. cit.*), em sociedades de pouco desenvolvimento das forças produtivas, os processos naturais (produção de biomassa e suas características) ganham uma importância capital. É do controle deles e não dos instrumentos de trabalho que o capital separa o produtor direto na constituição do proletariado. No aprofundamento da discussão das relações entre o homem e a natureza, ganham importância os trabalhos de Moscovici (1972; 1974), de Sachs (1974), Galtung (1974), Harvey (1974) Bourgoignie (1972) e Barrau (1975).

Decorrente desta postura, coloca-se o debate em termos de percepção que cada grupo ou classe social tem do "meio ambiente" (Godelier, 1974), segundo os objetivos da produção, bem como o conceito de taxa de exploração não só de mão-de-obra, mas também da natureza dentro da forma capitalista de produção (Skibberg, 1974). Diante desses elementos, os processos físico-químicos que agem independentemente da ação humana serão provisoriamente chamados de "forças produtivas da natureza".

É sobre esses processos, em diversos níveis de elaboração do produto, que o produtor pescador interfere, através dos outros elementos que formam os meios de produção (instrumentos de trabalho, etc). Daí, conclui-se que o homem não age sobre um "objeto de trabalho" estático, mas sempre um complexo biológico, regido por leis e processos alheios à vontade humana. Sobre ele o homem pode interferir, introduzir novas forças até então exteriores ao meio ambiente considerado (cultivo artificial de ostras, por exemplo).

Têm-se, pois, dois sistemas de produção que se articulam: o social e o natural. A esse último, dar-se-á o nome de ecossistema natural, entendido como um sistema de elementos bióticos e abióticos, que mantém entre si uma série complexa de relações que lhe permite se reproduzir segundo critérios naturais (Deutsch, 1974). São dois sistemas irredutíveis, mas articulados entre si. Assim, quando o desenvolvimento das forças produtivas sociais é pequeno, o homem passa a viver ao ritmo das forças produtivas da natureza. À medida que aumenta o nível de desenvolvimento das forças produtivas, o homem consegue um controle maior sobre os recursos naturais, interferindo muitas vezes desastrosamente sobre os ciclos de reprodução dos ecossistemas naturais.

Algumas Questões Básicas que Merecem Estudos mais Aprofundados

Parte-se do pressuposto que este ramo da produção social se diferencia dos demais pela posição especial ocupada pelo *objeto de trabalho*: os recursos naturais renováveis que existem num ecossistema particular, ou seja, o marinho, sobre os quais o homem, apesar das técnicas evoluídas, possui um controle bastante limitado.

Se em suas determinações básicas a pesca continua sendo um "ato de caça", os grandes barcos modernos, através de seus instrumentos de navegação e captura avançados como o sonar, o radar etc., conseguem reduzir a aleatoriedade da captura, sem, no entanto, descartá-la por completo.

Os processos de trabalho realizados dentro de uma unidade de produção constituída por pequenos pescadores, em suas canoas movidas a remo, e por um gigantesco barco-fábrica

de milhares de toneladas, com uma tripulação de centenas de pescadores, apresentam não somente diferentes níveis de "incerteza e risco", diante da captura de recursos marinhos móveis e renováveis, mas implicam diferenças fundamentais no que diz respeito às relações sociais de produção que se estabelecem entre os agentes da produção e a própria reprodução social dos que participam da atividade pesqueira.

Há, portanto, necessidade de serem estudadas as determinações básicas que levaram a constituição de uma forma de organização social da produção chamada de "empresarial-capitalista" e seu relacionamento com outras formas de produção mais "primitivas", seja no sentido de que estas antecederam aquelas historicamente ou porque apresentam níveis de produtividade mais baixos.

Determinar a identidade das diversas formas pelas quais se organiza a produção pesqueira é também reconhecer que elas passam a existir a partir de condições naturais específicas, marcadas por processos denominados anteriormente "*forças produtivas da natureza*".

Aliás, a destruição e o comprometimento das "forças produtivas da natureza" através da *sobrepesca* e da poluição das águas são fatores fundamentais para a explicação dos graves problemas por que passa a pesca no Brasil, em particular a pesca artesanal. Pólos químicos e petroquímicos, implantados em lagunas e estuários, grandes criadouros de peixes e crustáceos, estão entre os grandes responsáveis pela diminuição da produtividade natural desses importantes ecossistemas e pelo declínio da pesca.

Ao se enfatizar os aspectos físicos e cíclicos dos recursos que são apropriados através da atividade pesqueira, segundo modalidades históricas determinadas, é fundamental estabelecer alguns parâmetros de ordem natural que favorecem o surgimento de certas formas sociais de organização da produção.

A compreensão dos diversos ecossistemas, recursos pesqueiros e condições geográficas específicas podem trazer alguns esclarecimentos sobre os processos de acumulação nos diversos tipos de pesca; sobre o porquê de as relações sociais de produção mesmo na pesca capitalista tomarem, em algumas situações, a forma da "partilha". Na verdade, essas perguntas só podem ser respondidas estudando-se historicamente como os recursos renováveis pesqueiros são utilizados pelos diversos grupos e classes sociais presentes no processo produtivo.

A seguir, estão enumerados alguns temas, linhas de pesquisas e hipóteses que necessitam de aprofundamentos.

Produção, Reprodução Social e Acumulação na Pesca Empresarial-Capitalista e Artesanal

A primeira linha poderá considerar:

a) As *variâncias no processo de acumulação de capital na "pequena pesca"* e na "*empresarial-capitalista*", em países de economia central e dependente, a direção do excedente produzido e as formas diferenciadas de sua apropriação;

b) Os limites tanto ecológicos quanto históricos a esses processos de acumulação de capital;

c) As particularidades do processo de acumulação na pesca e seus reflexos na constituição de grupos e classes sociais específicas, as diferentes formas de organização social da produção;

d) A especificidade do "sistema de partes" e "assalariamento" e suas implicações na organização dos grupos e classes sociais;

e) A formação de um "proletariado pescador" em países de economia central, sua origem e constituição;

f) A formação do capital e os conflitos sociais no setor pesqueiro em países de economia central e dependente;

g) A percepção que os pescadores têm das condições naturais da atividade pesqueira, segundo a forma de organização social da produção em que estejam inseridos; o equilíbrio ecológico e sua destruição, e

h) A relação entre as diversas formas de organização da produção e o meio-ambiente costeiro. A inter-relação entre a racionalidade das diversas formas de produção e os vários ecossistemas explorados.

Produção e Reprodução na Pesca Empresarial-Capitalista

A segunda linha de pesquisa deverá contemplar os processos pelos quais o capital e a força-de-trabalho se reproduzem na pesca empresarial-capitalista. Se, no limite, a pesca embarcada significa uma modalidade distinta de se organizar a produção pesqueira, quais são as leis específicas de reprodução de seus elementos básicos (meios e objetos de produção, trabalho e tipos de dominação)? Se as relações de produção se organizam, no limite, para a extração da mais-valia, quais são as possibilidades do surgimento de *classes antagônicas* e do conflito entre elas? Quais são os processos que levam à acumulação e à produção de excedente?

Se essas duas formas de organização da produção não são isoladas, quais são as leis que regem sua articulação e a dependência de uma em relação à outra? Quais são, finalmente, as tendências na reprodução articulada dessas duas formas de produção? Dominância total de uma sobre a outra, ou desestruturação de uma, ou ainda a coexistência de ambas?

Se nas várias regiões brasileiras onde a pesca é praticada o capital se reproduz de maneira diferenciada, criando as chamadas "desigualdades regionais", de que maneira este último fenômeno influencia o desenvolvimento e a articulação das diversas formas de organização da produção na pesca?

Supondo-se, que a pesca exercida em moldes capitalistas surja quando aparecem certas condições no processo de acumulação que garantam uma determinada taxa média de lucro das indústrias pesqueiras, quais são os fatores que propiciam esse aparecimento no Brasil?

- Surgimento de um mercado estável para os produtos do mar?
- Existência de mão-de-obra barata e abundante?
- Acumulação suficiente, através da produção do excedente dentro da própria pequena produção de mercadoria?

• Desvio de capital de outras atividades produtivas com rentabilidade decrescente para a pesca? Afluxo de capital a baixo custo fornecido pelos incentivos governamentais?

Se a subordinação real do trabalho ao capital se dá através do assalariamento, por que, na verdade, a forma mais costumeira de remuneração do trabalho na pesca empresarial-industrial continua sendo o sistema tradicional de partilha? Porque, no entanto, em alguns tipos de pesca no Brasil algumas funções como a do motorista de barco são assalariadas? Quais os fatores que levam uma empresa capitalista a manter o sistema de "partilha" de produção entre os tripulantes e às vezes a estabelecer um salário-base, complementando a com a participação na produção?

Em que sentido e em que intensidade, a introdução de empresas capitalistas no setor pesqueiro (a nível de produção, captura, circulação e beneficiamento) altera as *relações sociais de reprodução* existentes no grupo de trabalho e na produção de mercadorias?

Em que sentido a "pesca embarcada" representa a submissão formal e/ou real do trabalho ao capital? Quais seriam os indicadores dessa submissão?

a) O controle do "mestre" pelo "departamento de captura" da firma: até que ponto o mestre de barco, na pesca empresarial-capitalista, perde algumas prerrogativas baseadas no seu "*savoir-faire*" tradicional no que diz respeito a decisão do que pescar, quanto e onde pescar?

b) Rejeição de automação por parte do "mestre": até que ponto o fato de alguns mestres-de-barco terem danificado propositadamente os aparelhos de radio-comunicação do barco com quem se mantêm em contato permanente com o chefe do setor de captura da empresa (que passa a decidir os aspectos básicos da captura), ou quebrar o piloto-automático e às vezes até a ecossonda para a localização do cardume, não seria uma tentativa de conservar o domínio do privilégio do seu "*savoir-faire*" tradicional?

c) O afastamento do tripulante do valor de uso: até que ponto o fato de em certos entrepostos de pesca não se permitir ao pescador-tripulante sair com o seu peixe-para-o-gasto (sagrado na pequena pescaria) não seria um dos passos que leva a submissão do trabalho ao capital, na medida em que, privado de seu peixe para o consumo, o trabalhador passa a depender totalmente do ganho (salário e/ou parte) auferido na captura?

d) A proibição do pescador tripulante de levar sua própria rede não poderia ser analisada como uma parte do processo de submissão real do produtor direto ao capital?

Quais as possibilidades históricas que existem para que os "embarcados" venham a se comportar como "classe social" frente aos empresários capitalistas, em que pese a remuneração por "parte" da produção freqüentemente empregada na pesca empresarial-capitalista?

Qual a função da "ideologia" na reprodução dos pescadores embarcados e sua forma de produção? Em que eles se sentem diferenciados dos pescadores artesanais?

Quais as possibilidades de os "embarcados" se organizarem em sindicatos e órgãos de classe realmente representativos de seus interesses? Qual o papel do Estado nesse processo no Brasil?

Dependendo exclusivamente do que ganha na pescaria, controlado cada vez mais pelo armador, através dos "vales" e adiantamentos, trabalhando em atividades que agora exigem

pouca qualificação, não estaria o tripulante a caminho da proletarização desde que o único de quem se exige um conhecimento apurado de captura é o mestre-de-rede?

Em que medida o aumento dos conflitos entre o "mestre-de-pesca" e o armador, entre os tripulantes e o mestre, entre o armador e os intermediários não configura uma situação estruturalmente distinta daquela observada na *pesca de companhia*, própria da pequena produção mercantil?

Quais foram as conseqüências de medidas governamentais, tais como a aplicação da legislação trabalhista (férias, aviso-prévio) sobre a tripulação dos barcos de "pesca embarcada"?

A Terceira Linha de Pesquisa se Refere à Produção e Reprodução dos Pescadores Artesanais

No Brasil, parte-se da constatação de que se em algumas regiões a introdução de atividades empresarial-capitalistas, a nível de captura, comercialização e beneficiamento levou a uma desorganização completa da pequena pesca, em outras essa desestruturação não aconteceu. Muito pelo contrário, houve até um *fortalecimento de atividade da pequena produção de mercadorias*.

Constatando-se que uma das tendências da expansão do capital em diversos setores da economia brasileira é a absorção ou destruição da pequena produção de mercadorias, por que na pesca a coexistência dessas duas formas de organização social da produção e a modalidade que ocorre com maior freqüência no litoral brasileiro?

Que função teria para o capital a *sobrevivência* da pequena pesca?

a) O fornecimento contínuo de mão-de-obra que, exercitando-se na pesca motorizada em moldes artesanais, possibilita um afluxo de tripulantes para os barcos de captura empresarial-capitalista?

b) O fornecimento do produto (pescado) a preços baixos desde que o capital, apropriando-se dele através da esfera da circulação, deixa quase intactas as formas "tradicionais" pelas quais se organiza a captura?

c) O barateamento nos custos de reprodução dos "tripulantes" desde que sua família permanece nas vilas de pescadores integrados na pequena produção de mercadorias?

Em que condições *subsiste* a pequena produção de mercadorias na pesca?

a) Quando as alternativas de emprego são escassas e a lavoura litorânea e decadente seja por escassez de terra ou dificuldades estruturais na própria atividade agrícola?

b) Quando há abundância de pescado em nichos ecológicos próximos que comportam uma exploração do estoque com alguma intensidade e sem a predação resultante da sobrepesca?

c) Quando, apesar de não haver cardumes grandes, próximos e facilmente exploráveis, há uma diversidade de "pescado fino" que somente pode ser explorado de forma "artesanal": peixes de pedra, de alto preço de mercado capturados individualmente a linha (aí, a pesca

empresarial não seria competitiva, dado que a pequena produção de mercadoria absorve certos custos que são contabilizados como despesa na pesca capitalista)?

d) Quando há uma possibilidade de venda do pescado de maneira regular, em geral através do "intermediário" (que, mesmo explorando o pequeno pescador de forma brutal, lhe permite a reprodução de sua força de trabalho e de seus meios de produção de forma mais ou menos autônoma)?

e) Quando há possibilidade da manutenção do "*savoir-faire*" tradicional, considerado como meio de produção cujo controle permaneça em mãos do pequeno produtor?

A sobrevivência da pequena pesca parece não depender somente de sua articulação com as formas capitalistas de produção e circulação de mercadorias, mas também da intensidade da especulação do mercado imobiliário e urbano com o avanço da especulação sobre as praias usadas para embarque e desembarque do pescado e da degradação ambiental. Se em alguns casos o aumento da atividade turística pode reforçar a estrutura da pequena produção, através do aumento da demanda, em outros pode exercer uma influência totalmente desestruturante. A sobrevivência ou não da pequena produção pesqueira parece depender também das outras alternativas da utilização da força de trabalho, da própria intensidade da perda das praias pelos pescadores, colocando-os indiretamente à disposição do capital nas cidades.

Se uma das características da pesca "em companhia", típico da pequena produção de mercadorias, é um relativo *igualitarismo* na remuneração da produção, através do sistema de quinhões, quais seriam as razões da crescente desigualdade de remuneração observada na pesca embarcada? Essa desigualdade parece aumentar em razão direta ao aumento de capital utilizado pelos armadores nos equipamentos (barcos, redes custosas), o aumento das deduções de "custos operacionais" sobre o valor do produto capturado, etc.

Se é possível identificar o grupo de pesca "artesanal" ou "companha" como uma forma específica de organização da produção, qual é sua estrutura interna e quais são as leis que regulam a sua reprodução (dos agentes e dos meios de produção)? Como se organiza o fator trabalho, como o excedente de produção é apropriado e por quem? Quais são as leis de reprodução dessa forma social de produção?

Uma quarta linha de pesquisa se refere às *percepções* e representações que os vários agentes e atores sociais têm do meio-físico, da finitude dos recursos naturais, dos processos mais amplos, industriais e urbanos que exercem impactos negativos sobre o meio ambiente e seus recursos. A pesca exige um amplo domínio de conhecimentos variados e especializados dos cardumes, estações do ano, mares, hábitos alimentares dos peixes, crustáceos e moluscos. Como são produzidos esses conhecimentos nas diversas formas de organização da produção e como eles se transmitem?

Uma quinta linha de pesquisa se refere à *participação dos pescadores na sociedade global, ao papel exercido pelo Estado* na acumulação de capital, na circulação da produção e na própria organização dos pescadores, através de instituições como sindicatos, colônias de pescadores, etc. Existem no momento, vários *movimentos sociais* que envolvem os pescadores, como o MOVIMENTO DOS PESCADORES PELA CONSTITUINTE (1985-1987), a PASTORAL DOS PESCADORES (CNBB). No bojo desses movimentos surgem temas fundamentais como a conquista da cidadania pelos pescadores artesanais, até hoje aliados do

processo de representação livre, subjugados por lideranças ligadas às oligarquias e grupos locais que usam as Colônias de Pescadores como lugares de controle político e econômico.

Conclusões

O presente trabalho não objetivou uma análise extensiva da produção pesqueira no Brasil, e sim colocar alguns temas básicos de pesquisa visando integrá-la no quadro mais abrangente da produção capitalista. Parte-se do pressuposto que "pesca artesanal" e "pesca empresarial-capitalista" não se definem simplesmente pelos aspectos tecnológicos e de mercado, mas fundamentalmente por formas diferenciadas de organização da produção. Pretendeu-se dar um quadro geral no qual são analisados modos pelos quais a força-de-trabalho, meios e objetos de produção são organizados como forças produtivas, bem como as relações sociais que se estabelecem entre os agentes sociais.

Nesse aspecto, ganham sentido os conceitos de "forças produtivas naturais" e os de produção e reprodução social.

Houve também uma grande preocupação em se colocar um quadro teórico que possa explicar as articulações que existem entre a pesca artesanal, como forma de produção mercantil, e a pesca empresarial, como produção capitalista.

Apontou-se necessidade de pesquisas mais aprofundadas e interdisciplinares que estudem as relações entre o homem/sociedade e o meio ambiente marinho. Essas pesquisas servirão também para desmistificar a visão idílica que muitos setores urbanos têm da vida no mar. Os ecossistemas costeiros e marinhos não são somente ambientais de grande beleza cênica, são o palco onde os homens lutam pela sobrevivência, retirando bens e serviços em situações de tensões e riscos de vida. São também espaços por onde se estendem gradativamente as relações sociais de produção capitalista tanto pesqueira como industrial. A penetração do capitalismo nessas áreas tem acarretado no Brasil um crescente esgotamento das fontes de onde jorram as riquezas: meio ambiente e força-de-trabalho.

Bibliografia

ALTHUSSER, L. & BALIBAR - 1973 Lire le Capital. Paris, Collection Maspero.

ARQUETTI & STOLEN, R. - 1975 Explotación familiar y acumulacion de capital en el campo argentino. Buenos Aires, Siglo XXI.

BECK, A. - 1979 Lavradores e Pescadores - um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório. Santa Catarina. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina.

BAREL, Y. - 1973 La reproduction sociale. Paris, Anthropos.

BARRAU - 1975 "Ecosystèmes, civilisations et sociétés humaines; le point de vue d'un naturaliste". In: Information sur les Sciences Sociales. Paris, 14 (1).

- BERNARDES, S. A. - 1958. "Pescadores da Ponta do Cajú; aspectos da contribuição de portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara". In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, n. 2.
- BOHANNAN & DALTON -1968. Markets in Africa. Northwestern University Press.
- BOURGOIGNIE, G. - 1972. "Ethno-écologie d'une collectivité régionale: les cités lacustres en Dahomey". In: Canadian Journal African Studies, n.6.
- BOYER, A. - 1967. Les pêches maritimes. Paris: PUF. (Collection Que Sais-je)
- BRADBY - 1972 "The destruction of national economy in Peru. In: Economy and Society. Lima, v. 4, maio.
- BRITO, R. et alli - 1975 Pesca empresarial no Pará. Belém, IDES.
- BROX, O. - 1971 "Recruitment and organizational stability industrially underdeveloped areas". In: ANDERSEN, R. & STILES, G. Man and the sea; human factors in marine environments. New York, Selected Academic Reading.
- CARVALHO, A. N. et alli - 1969 Comunidades Isoladas. S. Paulo, SVR.
- CARVALHO, M. V. - 1943 "O pescador no litoral do Estado de São Paulo". In: Revista do Arquivo Municipal. S. Paulo, n.92, ago./set.
- CORDELL, R. - 1974 "The lunar tide fishing cycle in Northeastern Brazil". In: Ethnology, v. 13, Oct.
- DEUTSCH, A.C. - 1974 "On the interaction of ecological and political systems; some potential contributions of the social sciences to the study of man and his environment". In: Information sur les Sciences Sociales. Paris, 13(6).
- DIEGUES, A. C. - 1988 Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras. São Paulo, NUPAUB-USP.
- DIEGUES, A. C. - 1983 Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo, Ática.
- _____ - 1973 Pesca e marginalização no litoral paulista. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo.
- DUARTE, F. D. - 1978 As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção do pescado em Jurujuba. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FORMAN, S. - 1970 The raft fishermen: tradition and change in the Brazilian peasant economy. Indiana University Press.
- FOSTER, G. - 1963 "What is folk culture". In: American Anthropologist. New York, v.55.
- FRANÇA, A. - 1954 "A ilha de São Sebastião: estudo de geografia humana". In: Boletim de Geografia. São Paulo, USP, n. 10.
- FURTADO, L. G. - 1987. Currealistas e redeiros de maruda: pescadores do litoral do Pará. Belém, Museu Emílio Goeldi.
- GALTUNG, J. - 1974 Development from above and blue revolution. Oslo, Peace Research Institute.

- GALVÃO, H. - 1968. Novas cartas da praia. Natal, Edições do Val.
- GODELIER, M. - 1974 “Considérations théoriques et critiques sur le problème des rapports entre l’homme et son environnement”. In: Information sur les Sciences Sociales. Paris, 13(6).
- _____ - 1973 Horizons, trajectes marxistes et anthropologie, Paris, Maspero.
- GUTELMAN, M. - 1974 Structures et reformes agraires. Paris, Petite Collection Maspero.
- HARNECKER, M. - 1974 Les concepts élémentaires du matérialisme dialéctique. Bruxelles, Contradictions.
- HARVEY - 1974 “Population and ideology of science”. In: Economic Geography. New York, nov.
- HERUBEL, M. - 1928 L'evolution de la peche. Paris, d'Editions Geographiques, Maritimes et Coloniales.
- IVO, A. B. L. - 1975 Pesca, tradição e dependência: um estudo dos mecanismos de sobrevivência de uma atividade tradicional na área urbano-industrial de Salvador. Salvador . Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia.
- KOTTAK, C. - 1966 The structure of equality in a Brazilian fishing community. Columbia University.
- LAGO, P. - 1961 “Contribuição geográfica ao estudo da pesca em Santa Catarina”. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, jan./mar.
- LESSA, R. - 1980 “Pescadores e Cidadãos: o caso de Itaipu”. In: Anais do 1º Seminário sobre pesca artesanal, INPA, Belém.
- LOUREIRO, V. R. - 1985. Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém, CNDCT/ CNPq/ Museu Paraense E. Goeldi.
- MALDONADO. S. C. - 1986 Pescadores do mar. São Paulo, Ática.
- MANDEL, E. - 1964 Initiation à la théorie économique marxiste. Paris, Cahiers du Centre d’Études Socialistes.
- MARANHÃO, T. P. - 1975 Náutica e classificação ictiologica em Icaraiá, Ceará: um estudo de antropologia cognitiva. Brasília, UnB.
- MARTINS, P. R. - 1983 Caracterização do pescador artesanal do litoral norte maranhense (relatório).
- MARX, K. - 1968 Fondements de la critique de l’économie politique. Paris, Anthrpos.
- MEILLASSOUX, E. - 1972 “From reproduction to production”. In: Economy society 1(1).
- MELLO, A. F - 1985. A pesca sob o capital - a tecnologia a serviço da dominação. Belém, Universidade Federal do Pará.
- MOSCOVICI, S. - 1974 Hommes domestiques et hommes sauvages. Paris. (Collection 10/18)
- MOURÃO, F. A. - 1971 Pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo. São Paulo Tese (Doutoramento), Universidade de São Paulo.

- MUSSOLINI, G. - 1945 "O cerco da tainha na ilha de São Sebastião". In: Revista de Sociologia, São Paulo, 7(3).
- _____ - 1946. "O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil". In: Sociologia. São Paulo, 8(3).
- PENNER, M. E. S. - 1984 A dialética da atividade pesqueira no nordeste amazônico. Belém. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará.
- PIERSON, D. & TEIXEIRA, C. - 1947 "Survey de Icapara". In: Sociologia. São Paulo, n. 9.
- POST, K. - 1972 "Peasantisation and rural political movements in western Africa". In: Archives Euro-sociales, 13:223-54.
- POULANTZAS, N. - 1968 Pouvoir politique et classes sociales. Paris: Maspero.
- SACHS, I. - 1974 "Environnement et styles de développement". In: Annales, Paris, n.03.
- SAMIR AMIM - 1973 Le développement inégale; essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique. Paris, Minuit.
- SETTI, K. - 1972 Ubatuba nos cantos das praias - estudo do caçara paulista e de sua produção musical. São Paulo, Ática.
- SKIBBERG, G. - 1974 "Marxisme et ecologie". In: L'Esprit, Paris (II)
- SOEIRO, B. - 1960 Agricultores e pescadores portugueses na cidade do Rio de Janeiro. Lisboa, Estudos, Ensaios e Documentos Lisboa.
- TAVARES. M. G. - 1975 Um estudo de tomada de decisões na pesca. Brasília. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Brasília.
- TUNSTALL, J. - 1969 The fishermen. London, Mac Gibbon and CEL.
- VARGAS, M. A. M. - 1983 Levantamento sócio-econômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uça. Aracaju, ADEMA (relatório interno).